

HIPERLÍNGUA, DERIVA E GÊNERO

Maria Marta FURLANETTO*

ABSTRACT: The present paper has as its background a research on the trends of derivation in cultivated Brazilian Portuguese, whose partial results have allowed a reflection on the synthesis-theme: the functioning of a hyperlanguage. A hyperlanguage (notion developed by Sylvain Auroux), serves subjects, spatially and temporally, with certain linguistic capacities, immersed in a world in which there are, among other things, technical artifacts as grammars and dictionaries, which have a descriptive, but also a normative role. The result is a constant dispute between stabilization and destabilization (centripetal and centrifugal forces, in Bakhtin). By also using the play structure/event, according to the discursive semantics by Michel Pêcheux, my goal is to further reflect on the issues raised, approaching the historical-discursive provisionality of the identities in the production of meaning effects. From the practical standpoint, I point to the emergence of heterogeneous genres, as those which exploit humor, with indefinite authorship, and I propose the discursive reading of a sample

KEYWORDS: hyperlanguage; derivation; genre.

1. Introdução

Em uma pesquisa em que tenho focalizado tendências à deriva no uso escrito culto do português brasileiro, usando como referência os aparatos de *gramatização* (gramáticas, dicionários, manuais)¹, procuro descrever e interpretar, do ponto de vista discursivo, ocorrências linguísticas em textos escritos formais, tais como trabalhos acadêmicos, gêneros encontrados em revistas e jornais. No conjunto, desejo apresentar uma síntese do fenômeno discursivo remetendo a considerações sobre a *hiperlíngua* em questão, ou *brasileiro*.

A noção de *hiperlíngua*, proposta por Auroux, contrasta com as concepções gramaticais que abstraem sujeitos, espaço e tempo, apresentando uma estrutura linguística formal; uma hiperlíngua só é concebível em função de sujeitos que vivem “em determinadas frações de espaço-tempo”, e que são “dotados de determinadas capacidades linguísticas ou ainda dotados de ‘gramáticas’ (não necessariamente idênticas), envoltos por um mundo e por artefatos técnicos, entre os quais figuram (às vezes) gramáticas e dicionários” (AUROUX, 1994, p. 243).² Ou seja, nenhuma língua tem existência autônoma; um espaço-tempo assim configurado Auroux denomina *hiperlíngua*. Os elementos indispensáveis à conformação de uma hiperlíngua dão o atributo de “externalidade” à referência, ou seja, o mundo em que vivemos, configurado em fragmentos de espaço-tempo onde os sujeitos se movem, determina suas possibilidades de produzir linguagem e atribuir sentidos. Essa consubstancialidade leva a considerar, por sua vez, que a dicotomia fora/dentro é criada para fins específicos, embora ela acabe tendo, nas comunidades, um efeito de reversão. É o que se observa quanto ao funcionamento das gramáticas, que podem ser vistas, em porções de uma formação social, como referência para a produção de discurso, em sua suposta função de preservar uma forma de expressar (a considerada modelar) e certos sentidos, normatizando a produção discursiva. Ora, na ótica de uma hiperlíngua, artefatos técnicos são subdeterminados em relação à língua

* Doutora, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

¹ A gramatização, noção utilizada por Auroux (1992, p. 8), é vista como revolução tecnológica, servindo como meio de conhecimento e dominação de culturas. Trata-se do processo iniciado no Renascimento europeu “que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo [...] na base da tradição greco-latina.”

² Veja-se também Auroux 1998.

funcional, que por isso é extremamente mais rica e ativa que qualquer gramática (incluindo-se aí o conjunto lexical em constante movimento).

É assim que a identidade dos elementos de uma língua é sempre provisória, da mesma forma que os sujeitos deslizam em sua forma de identificação na porção de mundo em que circulam, construindo sua subjetividade a partir das possibilidades histórico-discursivas. Contudo, os artefatos (instrumentos linguísticos), participando da estrutura de uma hiperlíngua, exercem certo poder para a *preservação* de um estado de coisas: a gramatização permite maior estabilidade linguística, limita concretamente a inovação, ou os deslizamentos – enfim, a *deriva*. Mas o equilíbrio é sempre precário: o que se estabiliza em um período de tempo também sofre a pressão das próprias possibilidades do sistema, que, ao fim e ao cabo, se abre para a inovação.

Esse jogo de forças (que Bakhtin denominou forças centrípetas e forças centrífugas) mostra o dinamismo das comunidades com seus conflitos, e é mais visível nas formações lexicais. Verifica-se ruptura e regularização a partir da memória discursiva, criando-se matizes com aproveitamento dos recursos linguísticos próprios e também de outras línguas, por meio de empréstimo. Uma inovação, desse modo, pode ser rejeitada por uma comunidade discursiva se for julgada incorreta ou talvez pouco funcional e deselegante em relação a uma unidade já existente. Por exemplo: as formas *jubilamento* e *refacção* ganharam direito de cidadania no espaço da academia, que preteriu as formas verbetadas *jubilação* e *refazimento*.

Com esse pano de fundo, cabe salientar que estudar a deriva (deslizamentos) é diferente de procurar “desvios” (numa ótica normativa); trata-se de observar e explorar o modo próprio de as línguas se fazerem. Nessa direção, a determinação das condições que permitem a deriva aponta o que contribui para a aceleração das mudanças ou, inversamente, para impedir que elas ocorram – o que sucede numa hiperlíngua.

Neste trabalho, utilizando também o movimento *estrutura/acontecimento*, conforme a semântica discursiva de Pêcheux (1997), bem como a noção de *cena da enunciação* de Maingueneau (2008), meu objetivo é refletir mais agudamente sobre as questões de deriva, abordando desde a provisoriedade histórico-discursiva dos processos de identificação, até a emergência de gêneros que primam pela heterogeneidade, especialmente aqueles cuja autoria é indefinida, tais como os que exploram o humor. Considerando, com Orlandi (1996), que o constante movimento das línguas é um efeito da abertura do simbólico para um jogo entre a repetição e a diferença – o que ela tem tratado, respectivamente, como *paráfrase* e *polissemia* – admitirei como constitutivo que o lugar do movimento “é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa” (ORLANDI, 1996, p. 13). Nesse jogo estão envolvidos os sujeitos, os sentidos, a exterioridade sócio-histórica com sua múltipla memória.

Para efeito de exemplificação, utilizo um texto (anônimo) encontrado na internet, como tantos outros que mostram a abertura do simbólico na infundável formulação que se observa hoje, derivando continuamente gêneros ou variantes genéricas que desafiam a nomeação, escancarando a historicidade da linguagem (seu fundo ideológico).

2. Da deriva

Na dinâmica de uma língua há, em maior ou menor volume, condições propícias ao “equivoco”, e que levam à deriva. Pode-se dizer que certas contradições internas do sistema (pontos de deriva) mostram conflitos entre aquilo que é *formulado* (eixo sintagmático, intradiscurso) e o que a *matriz parafrástica* (o paradigmático, a memória discursiva) disponibiliza. O que está aparentemente estruturado (estabilizado) nas redes de filiação sempre pode sofrer ruptura e posteriormente regularizar-se, podendo ser ponto de partida para

nova ruptura.³ Podemos perspectivar o que é enunciado como estrutura ou como acontecimento, ou ainda como *uma coisa e outra*. A pressão para regularizar é uma forma de manter uma matriz de sentido que é referência para a interpretação e a comunicabilidade. E isso se faz controladamente, tendo a instituição escolar um papel preciso nessa tarefa, tendo em vista que muitos fatores cooperam para o deslocamento (desconhecimento de normas, dúvidas sem resposta, indiferença e o próprio desejo de seguir a tradição – o que resulta, às vezes, no fenômeno da hipercorreção). Esses fatores também podem ser indício das brechas que as gramáticas não conseguem preencher – como instrumentos que são dentro da hiperlíngua.

Com Bakhtin/Voloshinov (1979) aprendemos que toda mudança no conjunto da vida social acaba se refletindo (e refratando) na língua – ou melhor, na hiperlíngua, tal como concebida aqui. A concretude das línguas sempre apresenta marcas sintomáticas do movimento social (acréscimos, supressões, abreviações, deslizamentos de sentido), que trazem consigo valores. Ao estudar as singularidades nas ocorrências lexicais, por exemplo, percebi tanto a filiação (matriz de sentido, que favorece o reconhecimento) como as novas ressonâncias, tal como podemos ver na criação de interfaces em áreas de conhecimento, que produzem novas especialidades – como em *neuroteologia* e *farmacogenética*, entre uma miríade de novas facetas do conhecimento e formas de perspectivação.

O movimento nas línguas, contudo, não se resume em criação lexical. Ao estudar, por exemplo, o funcionamento da expressão “o fato de...” (FURLANETTO, 2007), verifiquei que o uso mostra muito mais do que se registra como gramatizado. Com efeito, a distância entre o material registrado e a movimentação no espaço-tempo da *hiperlíngua* é sensível. Assim, ainda que se possa controlar os exercícios locais de “gramática”, o discurso é um jogo contínuo entre a estrutura e o acontecimento: no uso de *o fato de x* fica ressaltada a função de suporte da construção sintática, dando corpo ao enunciado em seu caráter argumentativo, e não em sua factualidade em sentido estrito.

A diversidade de influências a que as variedades linguísticas e os locutores estão sujeitos faz-se notar nas pequenas mudanças que vão afetando a língua dita “padrão” (ou norma canônica, ou disciplina gramatical (v. BRITTO, 2003, cap. 5; FARACO, 2008) dos instrumentos linguísticos, revelando uma norma culta em movimento, ainda que sempre haja pressão “purista” e a tentativa de monitoração em situações especiais.⁴ A questão é tanto mais complexa quanto envolve a semântica do discurso, ou seja, a relação histórica sujeito/mundo na produção de sentido.

3. Da estrutura e do acontecimento, no contexto da hiperlíngua

Tentando afastar-se do “espaço unificado de uma lógica conceptual”⁵, Pêcheux (1997, p. 46) se propôs a explorar as múltiplas formas de discursividade, instância que implica certas exigências metodológicas:

- a) privilegiar os gestos de descrição das várias formas de materialidade discursiva, alternando descrição com interpretação na observação do real da língua em seu

³ É nessa ótica que justifico a designação “sentido literal” (ou melhor, “efeito de literalidade”) quando se trata de explorar o efeito metafórico na malha do texto (FURLANETTO, 2010).

⁴ Para o estudo dessa distinção – língua (norma) padrão e norma(s) culta(s) –, veja-se especialmente Faraco (2008).

⁵ É nesse espaço que o que se oferece como teórico aparece como uma metalíngua: os enunciados empíricos sofrem uma “sobre-interpretação” e surgem como “enunciados estruturais conceptuais”, formas que descartam o sujeito, a ideologia, o político (PÊCHEUX, 1997, p. 46).

- caráter de simbolismo (p. 50), seu princípio de existência. O que ocorre aí é um fatal inacabamento (equívoco, falha, falta). Nem o mundo normalizado da gramática escapa às inconsistências: irregularidades, exceções, casos especiais...;
- b) observar, na descrição, que todo enunciado pode sofrer algum deslocamento em sua formulação e sentido, passando a outro. A deriva permite estudar pontos de inconsistência, que são espaço de alteridade, abrindo para a pluralidade das filiações discursivas – a instalação do outro que está indiciada nas palavras, nas expressões, no estilo, nas imagens;
 - c) explorar a discursividade como estrutura e como acontecimento, de modo a verificar seus pontos de desestruturação e possibilidade de reestruturação nas redes de filiação existentes, ou seja, analisando, no trabalho de deslocamento (menos ou mais consciente), o que é ainda efeito dessas filiações (perceptível, por exemplo, no movimento das criações neológicas, que guardam, generalizadamente, traços materiais de sua filiação. Cabe, contudo, evitar que a estrutura das filiações acabe funcionando como um “transcendental histórico”, uma memória que “antecipe” o acontecimento estudado; então, corre-se o risco de “absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série” (PÊCHEUX, 1997, p. 56), Trata-se, portanto, de detectar, descrevendo o que Pêcheux chama de montagem discursiva, “momentos de interpretação”, efeitos de identificação assumidos, sem apagar o acontecimento.

Reiterando essa posição, Orlandi a expressa assim:

[...] trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. (ORLANDI, 1999, p. 53)

Esse é o movimento vital que transcorre no espaço de uma hiperlíngua. Nos termos de Achard (1999, p. 17), “[...] a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação”. Isso significa que, no acontecimento discursivo, alguns “trajetos de leitura” ficam perdidos, e isso provoca efeitos a interpretar no conjunto da estrutura da hiperlíngua. Para figurar esse processo, gosto da imagem de um dique que se rompe e libera as águas – no caso, enfraquecem as restrições manifestas no processo de gramatização.

“Nomes ‘abstratos’ não flexionam em número” é uma regra que tem sido descaracterizada por ocorrências “deslizantes”, que tendem a ser regulares no uso da língua; aos poucos há alargamento do espectro de uso. Há casos que são bem aceitos em determinado período em certos grupos e registros, outros não (*as inscrições, as presenças, as acelerações, as argumentações*). Como expressa Pêcheux (1999, p. 52), “[...] o acontecimento [...] desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior”. E os pontos em que ocorrem tais deslizamentos interessam particularmente ao analista de discurso, por indicarem o movimento do interdiscurso à formulação, e os efeitos ideológicos daí resultantes.

O que Britto (1997, p. 56, grifos do autor) afirma abaixo dá uma ideia da noção de norma culta (que prefiro expressar, nesse contexto, como norma “padrão”) como “reconstrução da memória”:

Em certa medida, a norma culta apresentada pelos compêndios gramaticais funciona como um paradigma de correção de alguns aspectos de uso da língua

(principalmente a morfossintaxe e particularidades de estilo). Pode-se dizer que a maioria das pessoas não tem um objeto claro em sua mente quando se refere à norma culta, mas apenas uma *representação* desse objeto. De fato, objetivamente, a gramática normativa nada mais é que *um conjunto de regras que estabelecem as condições de certos usos da língua em circunstâncias determinadas*.

Assim, haveria duas formas de representação de *norma culta*: uma manifestando uma espécie de língua ideal resultante da prática de gramáticos, presa à tradição escrita (a gramatização, conforme Auroux); outra resultante da prática social, da manifestação linguística de segmentos socialmente favorecidos. Esta segue um curso específico, e compõe-se de várias normas, recusando a homogeneidade. A “língua ideal” (ideal para quem?) não tem existência concreta, é uma *representação*; trata-se de um imaginário que, no entanto, pode aparecer para muitos como um real.

Qualquer gramática, contudo, tem seus limites, diz Auroux (1997), e se mostrará inadequada para explicar fenômenos produzidos pelos sujeitos, de modo que será preciso produzir outra gramática, e assim por diante, periodicamente. O fenômeno da criatividade supõe procedimentos e estratégias interativas que englobam mundo, sujeito e outros sujeitos – empiricamente considerados, por um lado, e discursivamente considerados, na medida em que são assumidas posições-sujeito nas instâncias de produção. Por isso não fazem sentido regras homogêneas, que estariam presentes em todos os sujeitos da mesma comunidade linguística; as reais atividades linguísticas não são totalmente cobertas pelas gramáticas – isto é, não são mero produto das regras gramaticais.

É verdade, no entanto, que, a par dessa realidade, e em confronto com ela, há o exercício de um poder que se articula com um ponto sensível de caráter grupal: a identidade, a noção de pertencimento – não de exclusão. E então, se ruptura há (de fato), há também uma tendência à estabilidade, especialmente quando se trata de escrita, “porque a escrita é o terreno em que se joga um jogo mais amplo, de identidade nacional e de relações de poder mais amplas na sociedade, que se colocam acima das relações locais, ou etárias ou sexuais” (PAGOTTO, 2001, p. 40-41).

Com efeito, a gramatização, que tem caráter político, permite maior estabilidade linguística, visto que limita a inovação, mas “não deixa os espaços de comunicação inalterados” (AUROUX, 1998, p. 21). A tradição, como parte constitutiva da hiperlíngua, tem um peso considerável na afirmação da nacionalidade. Para aprender uma língua é preciso aprender a mover-se na hiperlíngua, e a evolução da hiperlíngua “não é marcada necessariamente na estrutura morfológica” (AUROUX, 1998, p. 24).

4. Da interpretação

Outro elemento-chave de minha discussão é a noção de *interpretação* na perspectiva discursiva, percebida de dois ângulos: do *processo autoral* e do *processo de escuta/leitura*. Ao se falar em abertura do simbólico pode parecer que qualquer direção de sentido é legítimável; ora, a própria abertura sugere ou implica a determinação, como observado antes a partir de Orlandi (1996): o lugar do movimento é também o lugar da estabilização; a fuga de sentidos se dá também como alerta para o controle. Como exemplifica a autora, notas de rodapé funcionam como forma de domesticar o que ameaça escapar, como forma de um acabamento impossível. As notas, diz ela, não fecham definitivamente, antes são como “cicatriz”, marca de incompletude, “de sentidos postos em silêncio” (1996, p. 13).

No processo autoral, a interpretação funciona pelo exercício subjetivo de relação com:

- a) mais especificamente, uma memória de discursos (não apenas baseados na letra), considerando um espaço próprio de manifestação e uma posição-sujeito “aqui e agora”; e
- b) igualmente com a memória de outros espaços, na medida das possibilidades subjetivas de conhecimento enciclopédico (e dada a fluidez das formações discursivas e suas intersecções).

Por isso Orlandi (1996, p. 15) diz que “[...] o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso.” Eis aí a força da determinação – embora, claro, “filiar-se” a uma rede de sentidos também se abra para o trabalho de deslocamento. Cabe lembrar ainda que esse processo de determinação também é função dos gêneros até certo momento estabilizados no contexto dos espaços sociais em que eles aparecem e se legitimam;⁶ e que, ali, permitem menos ou mais abertura para a dispersão correlativamente a sua qualidade e grau de normatização (gêneros mais ou menos abertos/gêneros mais ou menos fechados).

No processo de escuta/leitura, se o analista pode contar com um dispositivo teórico, baseado no reconhecimento de que a materialidade da linguagem não guarda transparência – ao contrário, apresenta-se com uma espessura linguística e histórica que constitui sua opacidade –, as possibilidades de interpretação para um leitor não especialista seriam teoricamente mais reduzidas.

Porém, admitindo-se que há etapas ou graus no exercício da autoria, desde uma reprodução pouco consistente das vozes alheias até o sentimento crescente de produção autoral autônoma – sem considerar, aqui, sujeitos reconhecidos como “escritores”, que já detêm uma “imagem de autor” –, paralelamente cabe reconhecer que o exercício da escuta e da leitura também sucede por etapas; isso leva, simetricamente, a uma forma de autoria (visto que há produção), por meio do efeito-leitor. Aliás, o efeito-autor não faz sentido senão a partir da escuta/leitura (da interpretação e do reconhecimento) num evento específico (acontecimento). É o leitor que examina, mais ou menos conscientemente, a matéria simbólica pela qual o sujeito-autor emerge – ele interpreta, ainda que “ingenuamente” (neste caso, buscando ali o que já devia estar ali, mesmo que dissimulado). Caberia pensar nisso, seriamente, no processo pedagógico.

Partirei, contudo, do processo de produção autoral, examinando duas questões diferentes mas emparelhadas:

- a) o funcionamento de um gênero cujo autor é inominado (mas não inexistente, do ponto de vista discursivo – apenas sem “nome de autor”), com táticas de produção reconhecíveis; e
- b) sua leitura de um ponto de vista discursivo, com a utilização de dispositivo para tal.

⁶ Na abordagem de Maingueneau (v. 2008, p. 11 *et seq.*), trata-se de *unidades tópicas* ou territoriais, visto que correspondem a espaços já existentes de práticas sociais, e que ele especifica como *tipos de discurso* encontrados em setores de atividades sociais, tais como o discurso administrativo e o discurso publicitário (*esferas sociais*, na perspectiva bakhtiniana). Ao lado destas, as *unidades não-tópicas* são construídas pelos pesquisadores e agrupam certos enunciados caracterizando, eu diria, atitudes sociais, tais como categorizadas pelos especialistas: discurso racista, discurso feminista, discurso colonialista, etc. São formações discursivas, que por sua vez podem incorporar tipos e gêneros do discurso. O discurso do humor pode ser um tipo de unidade não-tópica, sem território definido.

Pode-se dizer que a produção de humor – que é do que se trata na parte prática deste trabalho –, aparecendo nos interstícios de um número variado de gêneros, integra o campo das *unidades não-tópicas*, como sugere Maingueneau (2008). Como tal, pode compor uma formação discursiva (e não existir apenas em gêneros como a piada, a anedota, a charge). O formato genérico “carta” (como uma forma de diálogo) ocorre ali como uma tática cenográfica, como se verá em seguida. Peças de humor proliferam especialmente em páginas da internet e gozam do privilégio de ampla circulação – e livremente (como “obra aberta”) produzem a dispersão dos sentidos e dos gêneros, como que testando sua elasticidade. Faço, então, a apresentação sintética de uma noção que será útil na leitura analítica: a cena de enunciação, conforme Maingueneau (2008).

A cena de enunciação implicada pelo texto implica também o destinatário, por meio do *ethos*, como parte pregnante do que é enunciado. Maingueneau desdobra a cena de enunciação em três outras cenas:

- a) a cena englobante integra o discurso em um “tipo”: publicitário, filosófico, científico...;
- b) a cena genérica corresponde ao vínculo do discurso com um gênero: editorial, artigo científico...;
- c) a cenografia é construída pelo próprio texto: ela é pressuposta para a possibilidade da enunciação, e instaurada pela própria expressão linguageira. Há gêneros que não têm muita elasticidade quanto à cenografia, então se prendem à cena genérica estabelecida: receitas médicas, bulas, memorandos. Outros presumem a escolha de uma cenografia: peças publicitárias, romances.

A cenografia é [...], ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância. São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o *ethos*, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem. (MAINGUENEAU, 2008, p. 71)

Finalmente, cabe dizer algo sobre o efeito metafórico, como noção que compõe o dispositivo analítico da AD (cf. ORLANDI, 1996, cap. 7). O efeito metafórico é produto da deriva, do deslizamento de sentidos; é um fenômeno semântico que se produz por “substituição contextual”, dizia Pêcheux já em 1969, em *Análise automática do discurso (AAD)*; mais tarde, em *Semântica e discurso* ([1975] 1988, p. 263), afirma: [...] o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório [...]

Por último, em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux (1997, p. 53) diz que em qualquer material linguageiro haverá pontos de deriva, levando a outra coisa – semelhante ou mais ou menos distanciada. Essa noção engloba, discursivamente, o possível “outro” que, no entanto, ainda se constitui como “o mesmo”, reconhecido historicamente (mudança local); e engloba espaços mais ou menos distanciados das formações discursivas, de modo que a substituição, por assim dizer, pula fronteiras, que não estão inexoravelmente guardadas. Não fora isso, o paralelismo “encontrado” entre o discurso da informática e aquele que envolve os encontros amorosos que levam ao casamento (chamemos de “discurso conjugal”) – tema que será analisado na próxima seção – não poderiam ser interpretados. A linguagem desse jogo se apresenta nesse formato: “x é y”, e não “o modo como x se mostra é análogo àquele que se observa em y”. A “semelhança” não está aí, aparente: ela é produzida e depois compartilhada.

Pinta-se um quadro para dar a ver, diretamente. Por isso aprecio a qualificação de “tela” para a metáfora, conforme Aristóteles. Pela metáfora produz-se uma pintura – daí o seu caráter icônico, tão visível quando se observa uma charge. Assim, se o efeito metafórico é dado como constitutivo do sentido, em seu eterno deslizamento para outro sentido, o efeito ultrapassa fronteiras, e é tanto mais interessante quanto mais distante estiver o elemento de substituição.

5. Da análise

O material aqui explorado analiticamente foi foco de um trabalho independente, executado por estudantes de pós-graduação, e reanalisado e rerepresentado nesta ocasião sob minha perspectiva.⁷

Em “Sistema operacional do casamento” (v. anexo) o tema “casamento e arrependimento” é lido pela pauta da programação de computador (tela de visualização), e sua cenografia se dá através de um contato por carta do cliente, que apresenta o problema ao técnico e pede uma solução, e resposta do técnico – o que evidencia a estrutura composicional do texto.

Para entender os cruzamentos propostos pelo sujeito-autor (porque esse saber é sustentado por uma memória), deve-se supor um saber mínimo sobre o campo da informática. Conhecer a língua do exterior, sem seu enraizamento social, não basta; é importante ter acesso aos lugares da hiperlíngua como rede de comunicação.

Algumas questões foram levantadas, e as respostas possíveis emergirão no processo de análise: De que gênero se trata? O sujeito-autor (da peça humorística) e o sujeito representado no texto coincidem? Do que se trata (tema)? Supondo haver aí um processo metafórico, *como* o texto se constitui metaforicamente? É possível tratar essa “peça” de humor como uma página literária?

Para ter algumas respostas, cabe trabalhar os gestos de interpretação no entremeio da relação discurso/texto. Trata-se de considerar que a interação visualizada no aparato cenográfico escolhido tem espessura histórica e ideológica, é heterogênea e opaca em sua constituição, e movimenta a memória discursiva. Nesse quadro, linguístico e social se imbricam de tal forma que a aparência externa do material textual é de mera evidência: eis aí uma peça de entretenimento, “feita” para provocar o riso, como tantas outras que vicejam especialmente na internet. As várias vozes que aparecem no texto dão conta de que as palavras são as palavras dos outros (AUTHIER-REVUZ, 1984), embora subjetivamente (na produção e na escuta/leitura) se manifeste o efeito de unicidade e evidência. O que há, de fato, é um mosaico, constituído de formações discursivas em encaixe produzido com efeito de unidade e harmonia.

A temporalidade aparece na cenografia delineada: há uma tradição e uma novidade. Pela tradição, mulher e filhos são responsabilidade do homem; mulher pode ser tratada como objeto ou pode ser comprada ou manipulada quando começa a causar problema; mas seu comportamento mais e mais tem um peso substancial na relação pelos conflitos emergentes. Tal atitude (visão, valores) é senso comum em muitas comunidades e é tema de piadas, mas o efeito de risível surge, aqui, pelo diálogo com uma formação de discurso diversa, aparentemente incongruente. No presente caso, o efeito de humor tende a suavizar a dureza e a ironia das queixas sobre a vida conjugal – mas isso, ainda assim, é destacado, não apagado.

⁷ Sou devedora, por gestos analíticos desenvolvidos, aos estudantes: Erly Popoaski, Conceição Aparecida Kindermann, Rosa Cristina Ferreira de Souza, Patrícia Schlickmann, Jucirlei Casagrande, Rosane Lemos Barreto. André Henrique Nunes do Carmo contribuiu como estudante de iniciação científica do curso de Letras.

Na relação conjugal, por parte do elemento masculino (a perspectiva “machista”, como é comum expressar), aparecem estereótipos relacionados à mulher: ela precisaria ser controlada, sem ocupar espaço demasiado na vida do homem, o que redundaria em impedimentos para ele; no mundo da informática, um paralelismo é observado no uso da linguagem técnica com relação aos saberes desse espaço: criação, manipulação e domínio de softwares e aplicativos, com comandos que devem funcionar matematicamente. Contudo, há os azares de uma criação com lacunas, que produzem efeitos inesperados e às vezes desastrosos.

A comparação Noiva/Esposa como dois programas que funcionam diferentemente – o estado de Noiva sendo sempre positivo e o de Esposa problemático (visto que controla o sistema e pode agregar um vírus: a sogra) – é tomada no sentido do macho que se sente perturbado em sua tranquilidade e sua autonomia. Não é (socialmente), para ele, a relação que se deve levar em conta (ou o “inteiro” que “o casal” representa), mas o outro que perturba um equilíbrio; essa é uma forma de se sentir centro do mundo e dominador, e não membro de uma relação. Por isso é quase uma obviedade ler-se, aí, a manifestação do machismo. Certamente as implicações disso são muito matizadas.

O “discurso machista”, tal como nomeado e caracterizado pelo grupo que ensaiou a análise, não é territorializado (não-tópico), na terminologia de Maingueneau (2008), e corresponde, analiticamente, a uma formação discursiva, aproximando o *usuário* e o *técnico* pelo *ethos* machista, pelos sentidos que produzem nessa pauta, independentemente do gênero em questão. Mas, se eles se “parecem” nesse sentido, têm diferente posicionamento nesse espaço, o técnico apresentando-se como “conselheiro”. E eles são, nesse enredo, personagens selecionados para desempenhar um papel nessa cenografia (como explicito adiante).

A figura da sogra tem sido mesclada – pela impressão negativa gravada na memória discursiva – com a de “bruxa malvada”, cascavel, madrasta, jararaca, víbora, e no texto a sogra sequer é um programa ou aplicativo, ela é um vírus (um agente infeccioso): “de tempos em tempos um executável oculto (vírus) chamado [Sogra 0.6] aparece, encerrando abruptamente a execução de um comando.” Na opacidade, deixa-se inscrito que as “sogra” sempre acabam “cancelando” algum tipo de “programa”.

Sendo a tecnologia informática a tela para a leitura do tema dos conflitos do casamento (na relação marido/esposa), essa opção imprime ao tema uma ressonância específica (*ethos*), pelo jogo de criação de pares substituíveis – substituição contextual, conforme Pêcheux (1990), manifestando-se sobre o processo metafórico, exclusivo de línguas naturais (cf. 1990, p. 94-97)).⁸ Esses pares em correlação, no entanto, estão visíveis no que há de central no paralelismo feito (ex.: o programa *Noiva* diz respeito, no espaço da relação social do casamento, à *noiva*, em sua relação de contraste com a *esposa*):

⁸ Ao lado do processo sinonímico de substituição contextual (possível entre dois termos apenas em certos contextos), Pêcheux (1990) põe o processo de substituição não-contextual, em que, apenas por princípio – visto que “as sinonímias contextuais são a regra” (p. 95) –, uma substituição entre dois termos pode ocorrer sem restrição contextual.

Tecnologia informática	Noivado/Casamento
Programa Noiva	Noiva
Programa Esposa	Esposa
Técnico	Conselheiro
Usuário	Marido
Vírus (oculto)	Sogra
Aplicativo Bebê	Bebê

Fig. 1 – Correlação, na cenografia criada, entre o espaço da informática e o espaço das relações conjugais.

Uma forma de esquematizar essa correlação é esta (em que dois espaços independentes se “casam” para produzir uma unidade metaforizada):

[[Sistema operacional] do [casamento]]

O jogo metafórico é mostrado a partir de matrizes parafrásticas diferentes, que serão superpostas para obtenção do efeito de substituição. Nessa formulação, o elemento-chave é a preposição, ligando dois mundos nocionais. Ou ainda: as dificuldades enfrentadas no casamento são expostas com a utilização de material linguageiro específico de outro espaço discursivo, criando um relato aparentemente deslocado, que pode afetar diferentemente os sujeitos pela modalização que se cria nessa figuração. Nesse embate de filiações de linguagem, ou mesmo de “universos” que se cruzam, reforça-se a ideia do quanto pode ser desastrosa para um homem sua entrada para o grupo dos casados. Ele parece desconhecer certas regras e mesmo não admiti-las (o comando de sua vida pela esposa, a danificação de sua programação cotidiana), mas como se expôs ao “mundo novo”, resta-lhe pensar sobre as consequências da mudança de estado na grade da sociedade, como o “sujeito-de-direito” do mundo contemporâneo: esposa, sexo, bebê, e, quando os laços se rompem (divórcio), pensão alimentícia, partilha de bens.

Isso tudo reforça o caráter drasticamente diferente da esposa relativamente à noiva, nessa divisão política, legal, civil. Dessa esposa à transmutação em sogra o passo não é muito grande. A memória discursiva desse espaço (no que se vê como ideologia machista) guarda os valores de liberdade e independência para o homem, herança que se alimenta de enunciados anteriores e que se projeta para diante na medida de sua repetição e acolhida. Como a mulher contemporânea se vê imbuída também de uma memória de acontecimentos notáveis por sua subversão (o feminismo, a luta por direitos), não aceita passivamente esses valores de liberdade para apenas um polo da relação. E o homem-marido, estupefato e indignado, se dá conta de que “O [Esposa 1,0] é um sistema operacional completo, criado para controlar todo o sistema!”. Apaga-se qualquer “nota” de concessão à mulher. Note-se ainda que as versões dos programas parecem indicar um grau de importância na vida do sujeito-marido, para ele mesmo e relativamente à esposa: noite de farra 5.0, domingo de futebol 2.8, sexo 8.1, sogra 0.6; flores 9.1, joias 5.3.

A mulher como peça de máquina é reduzida à frieza da linguagem técnica, a uma “língua metálica”, como expressa Orlandi (cf. 1996, p. 142), com a inevitável consequência de que o “real” perturba o que se cria pela formalização. À mulher-esposa se atribui um “corpo” e um caráter de consumista (ou que pode ser persuadida a tal com chantagem), para que seja uma colaboradora. Mas o enunciador, por sua vez, também ganha corpo pelo próprio discurso, na medida em que, conforme Maingueneau (2008), serve de “fiador” (uma instância

que se apresenta com certo “caráter” e certa “corporalidade”) para o sujeito-leitor nessa trama (destinatário): este tem acesso, pela leitura, ao mundo do outro. Embora a noção de *ethos* seja fluida, diz Maingueneau, é interessante “porque permite articular corpo e discurso em uma dimensão diferente da oposição empírica entre oral e escrito” (2008, p. 64).

Nesse jogo duplo de busca de satisfação pessoal, também o homem é “estilizado” como aquele que se torna o prisioneiro de um estado que buscou e que não o satisfaz, revivendo então o passado para “arrumar” novamente a vida. Nesse discurso tecnologicizado, sempre há terceiros capazes de encontrar as melhores soluções para nossos problemas (a propaganda é prolífica com referência aos serviços prestados, sempre “os melhores”). E aí encontramos uma sutil marca de ironia – heterogeneidade mostrada não marcada, nos termos de Authier-Revuz (1984) – deslizando concomitantemente ao ato de buscar uma solução junto a outrem, um “especialista”, um assistente/conselheiro. Este não tem, de fato, solução, mas um lenitivo: alerta para o erro fundamental e avisa que livrar-se da “esposa” acarreta mil outros problemas, por isso sugere o modo de torná-la “rentável”. Note-se ainda o termo “inesperado” relativamente ao bebê: o homem não se implicaria na relação, na paternidade. E, finalmente, o papel do “assistente” é recriminatório, sintetizando a inadvertência do sujeito-marido ao não procurar a “assistência” antes: “Nunca instale o [Esposa 1.0] sem ter a certeza de que é capaz de usá-lo!” Daí se conclui que o casamento pode ser um “mau negócio”, na perspectiva de uma ideologia de preservação e privilégio da figura masculina.

Remetendo às questões levantadas inicialmente para entender as fissuras do texto, trago algumas respostas:

- a) O gênero, aqui, não é reconhecido como piada, ou anedota, ou charge, ou carta, mas certamente será visto como peça de humor, em que a troca de cartas é recurso cenográfico. Peças de humor têm amplas possibilidades cenográficas, o que é um elemento provavelmente fundamental em sua produção, pelo jogo criativo que os espaços de linguagem permitem; se não há esse reconhecimento em termos de gênero, há uma novidade aí: um alargamento das formas;
- b) A função de autoria dispensa a nominação, e se exerce pelo efeito que é manifestado na leitura. O interessante nessa circunstância é que, ao não dispormos de um sujeito empírico ancorando a produção – e visto que não é ele quem funciona no discurso, mas as imagens, que resultam de projeção –, o próprio apagamento permite mais liberdade para descrever e compreender o posicionamento que aí se configura. Mantém-se, de qualquer forma, a imagem do *ethos*;
- c) Essa imagem pode ser confundida com as imagens de sujeito materializadas no texto; o sujeito-autor, no entanto, não pode ser literalizado, lido na superfície do tema e seus desdobramentos. Deveria ele ser “machista” porque o machismo é teatralizado na peça que monta? O fator de anonimia, aliás, parece o limite daquilo que Orlandi (1992) tem estudado como “sintoma de uma mudança na função de autoria” (nessa obra, tratando do plágio e do meio-plágio). E resume isso numa pergunta: “Estar-se-ia devolvendo o texto à dispersão e o sujeito a sua descontinuidade?” (1992, p. 148). Assim, há um acontecimento sem amarras, mas com personagens marcados que vivem uma trama;
- d) Apreço pensar nesse texto, e assim em muitos outros que exploram o humor, como um exemplar literário marcadamente metafórico. Há, certamente, um efeito-autor produzido pela leitura e interpretação, mas a caracterização como uma forma de literatura é mais fluida, e precisa ser mais bem estudada.

6. Das considerações finais...

Na produção discursiva analisada a partir de sua materialidade textual, as palavras fazem sentido por estarem incorporadas a uma hiperlíngua, e os interlocutores privilegiados partilham identidades construídas no espaço dessa hiperlíngua. “É impossível aprender a falar uma língua sem aprender a se movimentar numa hiperlíngua.” (AUROUX, 1994, p. 244). E circular numa hiperlíngua gera nos sujeitos formas de identidade que criam estabilidade e ao mesmo tempo a consciência de que a estabilidade é provisória. Imbricadamente, a produção discursiva se faz com uma identificação e deslizamentos pela constante mexida nas filiações e o cruzamento de espaços sociais, motivando a “desarrumação” que mostra a vitalidade e a impossibilidade de viver em espaços homogêneos. Como espaço aberto à criatividade, o humor aponta, de maneira típica, os modos ideológicos de conviver numa hiperlíngua, dizendo livremente e garantindo pelo próprio dizer os atributos do “gênio” de um povo. Por compor uma unidade não-tópica, o humor tem mais elasticidade para jogar.

Essa abertura para a criatividade provém, em parte, do formigamento dos eventos, da rapidez de circulação de todo tipo de material, que vai preenchendo lacunas e levando a formulações complexas e multimodais que, pela pressão de espaço e tempo, acabam sendo modeladas em textos sintéticos que favorecem o transbordamento do humor. Sendo este tão espalhado, parece ser um bom índice de que ainda existe a democracia, e de que rir de nós mesmos ainda “é o melhor remédio”, e é também um sintoma de como se desdobra nossa vida social.

Anexo

Sistema Operacional do Casamento...

Prezado Técnico,

Há um ano e meio troquei o programa [Noiva 1.0] pelo [Esposa 1.0] e verifiquei que o Programa gerou um aplicativo inesperado chamado [Bebê.exe] que ocupa muito espaço no HD.

Por outro lado, o [Esposa 1.0] se auto-instala em todos os outros programas e é carregado automaticamente assim que eu abro qualquer aplicativo.

Aplicativos como [Cerveja_Com_A_Turma 0.3], [Noite_De_Farra 2.5] ou [Domingo_De_Futebol 2.8], não funcionam mais, e o sistema trava assim que eu tento carregá-los novamente.

Além disso, de tempos em tempos um executável oculto (vírus) chamado [Sogra 1.0] aparece, encerrando abruptamente a execução de um comando.

Não consigo desinstalar este programa. Também não consigo diminuir o espaço ocupado pelo [Esposa 1.0] quando estou rodando meus aplicativos preferidos.

Sem falar também que o programa [Sexo 5.1] sumiu do HD.

Eu gostaria de voltar ao programa que eu usava antes, o [Noiva 1.0], mas o comando [Uninstall.exe] não funciona adequadamente.

Poderia ajudar-me? Por favor!

Ass: Usuário Arrependido

RESPOSTA:

Prezado Usuário,

Sua queixa é muito comum entre os usuários, mas é devido, na maioria das vezes, a um erro básico de conceito: muitos usuários migram de qualquer versão [Noiva 1.0] para [Esposa 1.0] com a falsa idéia de que se trata de um aplicativo de entretenimento e utilitário.

Entretanto, o [Esposa 1.0] é muito mais do que isso: é um sistema operacional completo, criado para controlar todo o sistema!

É quase impossível desinstalar [Esposa 1.0] e voltar para uma versão [Noiva 1.0], porque há aplicativos criados pelo [Esposa 1.0], como o [Filhos.dll], que não poderiam ser deletados, também ocupam muito espaço, e não rodam sem o [Esposa 1.0].

É impossível desinstalar, deletar ou esvaziar os arquivos dos programas depois de instalados. Você não pode voltar ao [Noiva 1.0] porque [Esposa 1.0] não foi programado para isso.

Alguns usuários tentaram formatar todo o sistema para em seguida instalar a [Noiva Plus] ou o [Esposa 2.0], mas passaram a ter mais problemas do que antes. Leia os capítulos 'Cuidados Gerais' referente a 'Pensões Alimentícias' e 'Guarda das crianças' do software [CASAMENTO].

Uma das melhores soluções é o comando [DESCULPAR.EXE /flores/all] assim que aparecer o menor problema ou se travar o programa. Evite o uso excessivo da tecla [ESC] (escapar). Para melhorar a rentabilidade do [Esposa 1.0], aconselho o uso de [Flores 5.1], [Férias_No_Caribe 3.2] ou [Jóias 3.3].

Os resultados são bem interessantes!
Mas nunca instale [Secretária_De_Minissaia 3.3], [Antiga_Namorada 2.6] ou [Turma_Do_Chopp 4.6], pois não funcionam depois de ter sido instalado o [Esposa 1.0] e podem causar problemas irreparáveis ao sistema.

Com relação ao programa [Sexo 5.1], esqueça! Esse roda quando quer.

Se você tivesse procurado o suporte técnico antes de instalar o [Esposa1.0] a orientação seria: **NUNCA INSTALE O [ESPOSA 1.0] sem ter a certeza de que é capaz de usá-lo!**

Referências

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-21.
- AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 1, p. 17-30, jan.-jun. 1998.
- _____. Les limites de la grammaire. *Organon*, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 123-141, 1997.
- _____. A “hiperlíngua” e a externalidade da referência. In: Orlandi, Eni (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 241-251.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages*, Paris, n. 73, p. 98-111, mars 1984.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOSHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *Contra o consenso*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- _____. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, ALB/Mercado de Letras, 1997.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FURLANETTO, Maria Marta. Literal/metafórico – um percurso discursivo. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 10, n. 1, p. 151-179, jan./abr. 2010.
- _____. “O fato de...” – construindo o real. In: FERNANDES, Cleudemar et alii (Orgs.). *Análise do discurso: perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 739-759.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008. p. 55-73.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- PAGOTTO, Emilio Gozze. Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p. 39-57.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento* [?]. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 61-161.